

14 JUL 1989

O presidente Sarney descobriu em Paris, onde se encontra com numerosa comitiva para participar das comemorações da Revolução Francesa, que o Brasil foi posto de "quarentena" pelas instituições financeiras internacionais. Elas não se dispõem a nenhuma negociação de médio prazo, até que tome posse o novo governo brasileiro. E os argumentos são simples: haverá eleição, novo presidente, nova política. Por isso, é até compreensível que os bancos esperem mais alguns meses.

A questão, porém, não é bem essa. As instituições financeiras internacionais e os bancos recorreram realmente a essa profilaxia não agora, mas já há algum tempo, não apenas à vista de mudança de governo. Nada disso. Às vésperas da eleição e, depois, antes da posse do sr. Tancredo Neves, o sr. Affonso Celso Pastore trabalhava intensamente na renegociação da nossa dívida, a pedido do próprio presidente eleito. Os bancos não se recusaram ao diálogo. Não colocaram, como agora, o Brasil em visível "quarentena", porque a situação era bem diferente da atual. Havia inflação, mas ela estava sob controle. Havia reservas cambiais. Não cometíamos, como agora, a imprudência, ou incompetên-

cia, de desbaratar dólares ou permitir que eles saíssem pelas portas dos fundos sob a forma de remessas ou expatriação legal de capitais estimuladas pelo ágio de quase 200% do dólar no paralelo. Em uma palavra, tínhamos governo. Pode-se argumentar que, naquele momento, o poder do Legislativo era menor e que o sr. Delfim Netto podia agir com mais liberdade. Argumento válido apenas em parte. Apesar dos desmandos do Congresso ao elevar os gastos públicos, o governo Sarney poderia ter feito muito mais do que fez. Qualquer coisa que fizesse objetivando a implantação de uma política fiscal e monetária mais austera não dependeria diretamente do Legislativo. E seria algo, simplesmente porque não fez quase nada. E o pouco que fez, estava errado ou veio tarde. O dramático é que os diagnósticos dos problemas econômicos foram corretos, uma vez que o ministro da Fazenda é homem de espírito aberto e não se tem recusado a ouvir os economistas situados fora do governo. Só que entre o diagnóstico e a ação tem sempre decorrido perigoso e longo espaço de tempo. E a ação, já retardada, acaba sendo frustrada por forças políticas, pressões palacianas, ou então pela obstru-

ção do segundo escalão burocrático. Ainda ontem, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que tantos conselhos acertados tem dado inutilmente a este governo, apontava como causa do malogro do primeiro leilão de BTN cambial os desacertos do Banco Central, "que atravessa a fase mais difícil da sua história". O governo tem uma única preocupação: terminar o ano sem que o País mergulhe na hiperinflação. Já desistiu de cortar gastos, de aumentar receitas, de pagar dívidas. Persegue o esqualido objetivo de ficar com uma inflação de 30% ao mês, desde que não haja desbastecimento. Apenas isso.

E as contas externas? E as negociações com os bancos? Pouco pode ser feito a não ser evitar choques. Mas, mesmo aqui, o desgoverno é claro e evidente, com o sr. Paulo Nogueira Batista, nosso embaixador na ONU, agredindo em nome do Brasil aqueles mesmos organismos financeiros internacionais e bancos com os quais temos débitos vencidos ou vencendo, e com os quais temos de negociar. O sr. Nogueira Batista é especialista na matéria, pois foi sob sua inspiração que assinamos em 1975 o bizarro acordo nuclear com a República Federal da Alemanha — objeto de chacota

internacional — no qual investiríamos 30 bilhões de dólares para gerar energia e dominar o ciclo completo do urânio. Só que apenas quatro países haviam alcançado esse objetivo bilionário — e por razões militares. Hoje, o presidente Sarney reafirma o mesmo acordo e o mesmo programa. Mas não pagamos os juros vencidos, não temos dinheiro em caixa, nem qualquer política econômica ou fiscal consistente. Nada. Seguimos porém altaneiros, com todo o programa nuclear enquanto a Eletrobrás caminha para a falência.

Não há generais, mas apenas sentinelas às guaritas esperando a troca da guarda. Também os ministros econômicos apenas aguardam, enquanto o presidente viaja. Nem sequer se sabe, ainda hoje, em meados de julho, qual o salário mínimo do mês passado. Se 2,71 ou 4 cruzados novos por dia!

Apesar de tudo, o presidente verifica e estranha que estejamos "em quarentena", como qualquer país em final de governo. Não; não é por isso. É porque nós mesmos tudo fizemos para entrar, decididos, nesse confinamento. E porque os órgãos financeiros internacionais não têm governo algum com quem dialogar. Só isso.